

OFERTA E DEMANDA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO CAMPO

Maria Carmen Silveira Barbosa
Ana Paula Soares da Silva
Jaqueline Pasuch
Fernanda de Lourdes Almeida Leal
Isabel de Oliveira e Silva
Maria Natalina Mendes Freitas
Simone Santos de Albuquerque
(Coord.)

Evangraf
Porto Alegre | 2012

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA


UFRGS

© dos autores

1º edição 2012

Revisão: Zuleica Oprach de Souza

Projeto Gráfico: Jadeditora Editoração Gráfica Ltda.

Diagramação e capa: Rafael Marczal de Lima

Fotos da capa: Creche Carochinha/COSEAS-USP

Impressão: Editora Evangraf Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O31 Oferta e demanda de educação infantil no campo / Maria Carmen
 Silveira Barbosa [et al.] organizadoras. – Porto Alegre : Evangraf,
 2012.
 336 p. : il. ; 23 cm.

ISBN 978-85-7727-456-7

1. Educação Infantil. 2. Creche. 3. Pré-escola. 4. Educação do
Campo. 5. Educação Rural. 6. Criança. I. Barbosa, Maria Carmen
Silveira. II. Silva, Ana Paula Soares da. III. Pasuch, Jaqueline. IV. Leal,
Fernanda de Lourdes Almeida. V. Silva, Isabel de Oliveira e. VI. Freitas,
Maria Natalina Mendes. VII. Albuquerque, Simone Santos de. VIII.
Título.

CDU 37-053.2(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Apresentação

Este livro sintetiza um esforço de trabalho coletivo na construção de conhecimentos sobre a educação da criança de 0 a 6 anos moradora em área rural. O trabalho foi concretizado a partir de cooperação técnica estabelecida entre o Ministério da Educação – MEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, visando o desenvolvimento da esquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais” (MEC/UFRGS).

Os principais objetivos da pesquisa foram estruturados a partir de quatro grandes ações: pesquisa bibliográfica da produção acadêmica nacional sobre educação infantil das crianças residentes em área rural; estudo quantitativo de dados secundários; estudo das condições de oferta da educação infantil das crianças de área rural por meio do envio de questionários a uma amostra de 1130 municípios; coleta de dados qualitativos em 30 municípios localizados nas cinco regiões geográficas do país.

O trabalho foi desenvolvido por um grande grupo de pesquisadores e foi organizado em cinco núcleos regionais, coordenados de acordo com o critério de abrangência regional: Norte-UFPA; Nordeste-UFCE; Sudeste-UFMG; Sul-UFRGS; Centro-Oeste-UNEMAT. Participaram ainda diferentes consultores especialistas, além de representantes do Movimento Interfóruns de Educação Infantil Brasileiro – MIEIB, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Essa configuração partiu do reconhecimento da multiplicidade do campo brasileiro e de suas infâncias e, necessariamente, dos interlocutores das políticas do campo. Um estudo que pretenda conhecer essa realidade, comprometido com a formulação de política pública, exige o diálogo com diferentes campos de luta social e de produção de conhecimento.

No Brasil, a criança de 0 a 6 anos residente em área rural vive de forma especial um processo de ocultamento, omissão e distribuição desigual das políticas públicas. O histórico da educação infantil e de sua implantação

em áreas rurais incrementa as dificuldades de acesso à matrícula e soma-se às diversas determinantes socioculturais e políticas.

Reconhecendo esta característica e a necessidade de sua superação, nos últimos anos, o MEC realizou uma série de iniciativas voltadas à problematização da educação infantil do campo e à institucionalização deste tema na agenda política nacional.

No final de 2007, foi criado um grupo interministerial de políticas de educação infantil para as crianças do campo e realizado, em 2008, um primeiro encontro ampliado para discussão dessa temática.

Em 2009, como resultado de um processo de escuta de diferentes segmentos sociais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (Resolução CNE/CEB 05/2009) incorporaram aspectos das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB 1/2002), abrindo um diálogo produtivo entre os acúmulos da educação do campo e da educação infantil.

No ano de 2010, como parte das estratégias de consolidação das DCNEI, a Coordenação Geral de Educação Infantil – COEDI da Secretaria de Educação Básica do MEC incluiu, como um dos textos fundamentais de orientações curriculares para a educação infantil, um capítulo específico sobre as orientações para a educação infantil do campo. Para a construção desse texto, foi articulado um grupo de trabalho que promoveu, por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Básica, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) cinco reuniões técnicas regionais e o I Seminário Nacional sobre Educação Infantil do Campo, realizado em dezembro daquele ano, em Brasília. No Seminário Nacional, participaram pesquisadores de grupos de educação infantil e de educação do campo de várias universidades públicas, membros de movimentos sociais e sindicais ligados à questão agrária e à infância, secretários de educação, professores, pesquisadores, representantes de cursos de Licenciatura da Terra e de Pedagogia do Campo, UNDIME, UNCME, Comitês e/ou Fóruns Estaduais de Educação do Campo, membros da CONEC.

O I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo propôs, dentre as recomendações ao MEC, a indução do diálogo intersetorial

e a realização de pesquisa sobre as condições de oferta e a demanda da educação infantil a fim de subsidiar ações governamentais pautadas em conhecimentos da realidade da criança de 0 a 5 anos e 11 meses do campo.

A pesquisa está publicada na versão completa e detalhada em formato de relatórios, disponíveis no site do MEC. Aqui são apresentadas sínteses ou partes das análises e dos resultados obtidos, com vistas à divulgação para o público em geral e à facilitação do acesso à informação gerada na pesquisa. Espera-se que os textos aqui publicados coloquem-se no fluxo do diálogo e discussões já em andamento entre pesquisadores, militantes e gestores acerca da educação infantil no campo.

O Capítulo 1, de autoria de Fúlvia Rosemberg e Amélia Artes, descreve as condições de oferta da educação formal para as crianças de 0 a 6 anos de idade, a partir de tabulações e análise de microdados coletados pelo Censo Demográfico 2010 (IBGE) e Censo Escolar 2010 (INEP). Os dados revelam a precariedade da oferta de educação infantil em termos de cobertura e qualidade para as crianças residentes em áreas rurais, particularmente para as crianças de 0 a 3 anos.

As informações coletadas junto aos municípios e escolas por meio de questionários são discutidas no Capítulo 2, de autoria de Maria Carmen Silveira Barbosa, Susana Fernandes e Ivaldo Gehlen. As condições de oferta descritas pelos municípios e pelas escolas evidenciam que, apesar de todo o debate público sobre o direito de todas as crianças a uma educação de qualidade e a definição de diretrizes específicas para a Educação do Campo e a Educação Infantil, a realidade ainda se encontra muito distante dos critérios definidos para a consolidação do direito.

Os Capítulos 3 a 7 trazem aspectos destacados da pesquisa qualitativa, realizada como forma de aprofundar e complementar as informações colhidas com os municípios. Do conjunto dos participantes da pesquisa, foram escolhidos 30 municípios, seis em cada região do país, que foram visitados por pesquisadores. Na visita, foram ouvidos secretários de educação, coordenadores educacionais e diretores de escola para compor as visões dos dirigentes da educação em cada município. Também foram entrevistadas famílias com crianças de até 6 anos de idade atendidas

pelo poder público e famílias com crianças de mesma faixa etária sem o atendimento público de educação infantil. A escuta de representantes dos movimentos sociais e sindicais ligados ao campo contribuiu para a composição das vozes acerca do entendimento da demanda.

No Capítulo 3, *A importância da Educação Infantil na constituição da identidade das crianças como sujeitos do campo*, as autoras referenciam-se em estudos qualitativos realizados em seis municípios da Região Centro-Oeste, cujas populações do campo relacionadas foram: assentados; agricultores familiares; extrativistas; assalariados rurais; ribeirinhos da fronteira do Brasil com o Paraguai e quilombolas (Kalungas).

O Capítulo seguinte, *Educação Infantil do Campo em foco: infraestrutura e proposta pedagógica em escolas do Nordeste*, dedica-se à discussão de dois temas que são caros à educação do campo e que merecem uma atenção especial quando se trata de pensá-los tendo como experiência e fundamento a realidade de escolas situadas no Nordeste do Brasil: infraestrutura escolar e proposta pedagógica.

O Capítulo 5, *Espaços, ambientes e contextos: reflexões sobre a Educação Infantil para crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural em dois municípios da Região Sudeste do Brasil*, apresenta algumas reflexões sobre a educação infantil para crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais em escolas de dois municípios de dois Estados da Região Sudeste do Brasil. O artigo focaliza os ambientes criados para a educação infantil das crianças residentes em áreas rurais e problematiza os diferentes elementos que os compõem: a estrutura física das escolas, as formas de utilização dos espaços e os materiais disponíveis para o trabalho cotidiano com as crianças, tendo como pressuposto o direito de todas as crianças à educação infantil de qualidade.

Entre os rios, a floresta e as águas - a Educação Infantil do Campo na Amazônia: para além do atendimento nas escolas rurais multisseriadas é o título do Capítulo 6, resultante das reflexões provocadas pelas especificidades da Região Norte do país.

Por fim, o artigo do Capítulo 7, *Demanda por Educação Infantil: apontamentos a partir dos contextos familiares na Região Sul do Brasil*, apresenta e

discute o contexto das crianças residentes em área rural da Região Sul do país, destacando a questão da implantação da obrigatoriedade estabelecida pela Emenda Constitucional n.º. 59/2009.

Finalizando o livro, o Capítulo 8 apresenta uma síntese da revisão bibliográfica acerca da produção acadêmica nacional sobre educação infantil das crianças residentes em área rural. Evidencia-se o reduzido número de títulos localizados cuja produção está preocupada em conhecer diferentes práticas e processos nas escolas que atendem crianças de até 6 anos residentes em área rural, na articulação de questões da Educação Infantil e da Educação do Campo.

O conjunto dos oito artigos permite-nos esboçar um primeiro panorama nacional de como a Educação Infantil na área rural vem sendo tratada no país.

Poder-se-ia concluir que o panorama aqui apresentado se refere à “educação do campo”? Não nos parece possível afirmá-lo, dada a precariedade das condições da oferta que apreendemos nos dados analisados e do ainda frágil diálogo existente entre os campos de conhecimento e ação política.

Superar esse quadro exigirá compreender que esse desafio deve ser enfrentado por processos democráticos de participação que garantam a ampliação dos atores sociais e coletivos e, principalmente, a presença das famílias e dos sujeitos do campo.

Maria Carmen Silveira Barbosa
Ana Paula Soares da Silva
Jaqueline Pasuch
(Coordenação Geral da Pesquisa)